

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PROTAGONISMO KINIKINAU: ETNIFICAÇÃO E ETNOGÊNESE NO MATO GROSSO OITOCENTISTA

João Filipe Domingues Brasil

Doutorando em História – UNIVERSO (Universidade Salgado de Oliveira)

dominguesbrasil@gmail.com

INTRODUÇÃO

Após a expulsão dos jesuítas da América Espanhola em 1767 e a consequente fragmentação do mundo Mbayá-Guaná-Jesuítico estabelecido no Chaco do século XVIII, parcialidades Chané-Guaná migraram para a região pantaneira e ali formaram multiterritórios a partir do final do referido século. Esse movimento convergiu com a redefinição das fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, processo no qual os povos indígenas foram protagonistas a partir das redes de relações que estabeleceram com a sociedade envolvente, contribuindo para a posse de territórios considerados importantes pelas Coroas. Ao longo das primeiras décadas do século XIX, as relações entre os povos indígenas, a sociedade envolvente e os órgãos oficiais - o Estado Brasileiro e a Capitania de Mato Grosso - foi sendo alterada pela atuação dos sujeitos em questão e pelos contextos sociopolíticos inerentes à época, como a chegada da Família Real ao Brasil em 1808 e a Independência do país em 1822.

O território que hoje corresponde ao estado de Mato Grosso no centro-oeste brasileiro “teve seu espaço colonizado na primeira metade do século XVIII, sendo o arraial e depois Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (atual cidade de Cuiabá) o ponto mais avançado até 1734, quando foram descobertas as minas na região do Guaporé” (NAUK, 2012, p. 93). Tal descoberta “provocou uma arena de acirrados conflitos e guerras entre os agentes portugueses e espanhóis (bandeirantes, missionários, burocratas, comerciantes, militares e aventureiros) e os povos indígenas da região” (KOK, 2015, pp. 691-692), em um momento anterior à chegada dos Chané-Guaná.

Mato Grosso foi em princípio administrativamente vinculado à capitania de São Paulo, sendo desmembrado em 1748, e embora contasse com grandes dimensões territoriais interioranas, foi dividido em “apenas dois distritos, o do Cuiabá e o do Mato Grosso, e suas respectivas vilas: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), esta última fundada para ser sede de governo”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(NAUK, 2012, p. 93). Nesse momento a Capitania do Mato Grosso era percebida como um grande espaço habitado em sua maior parte por povos indígenas e estratégico por sua fronteira oeste que avançava sobre territórios espanhóis e podia garantir a busca de ouro por monçoeiros.¹ Nesse contexto, são pensadas ações como a fundação “no último quartel do século XVIII, do Forte Coimbra (1775), da povoação de Corumbá (inicialmente chamada Albuquerque, 1778) e do fortim de Miranda (1797)” e também “no extremo sul da capitania, o estabelecimento, em 1767, do chamado Forte do Iguatemi, à margem esquerda desse afluente sul-mato-grossense do rio Paraná” (QUEIROZ, 2015, p. 110), localidades que foram importantes na aproximação de povos oriundos do Chaco aos territórios portugueses.

Além de polos de atração, os fortes no Mato Grosso do final do século XVIII serviam como locais de execução da política oficial da Coroa Portuguesa para com os povos indígenas. Considerando que “havia, no Brasil colonial, índios aldeados e aliados dos portugueses, e índios inimigos espalhados pelos ‘sertões’”, que nesse momento a região em questão pode ser compreendida como um sertão, observa-se que “a diferença irreduzível entre ‘índios amigos’ e ‘gentio bravo’ corresponde um corte na legislação e política indigenista” que ao serem “encaradas sob esse prisma, já não aparecem como uma linha tortuosa crivada de contradições, e sim duas, com oscilações menos fundamentais” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 117). Assim, torna-se compreensível a diferença de tratamento que parcialidades Chané-Guaná e Mbayá-Guaikuru receberam dos portugueses ao se aproximarem dessas localidades.

Ainda que nem sempre seja possível perceber nos relatos e documentação disponíveis tal diferença, ela fica latente em escritos como os de Francisco Rodrigues do Prado. Segundo escreve ele, “mandou o Ex.mo Sr. General ao sargento mór de auxiliares da villa de Cuyabá, que então era Marcellino Rodrigues Campónes, a comandar o dito presídio de Coimbra; e nas prudentes instruções que lhe mandou, determinava, respeito aos Guaycurús” (PRADO, 1839, p. 37). Esse respeito ordenado se devia, sobretudo, ao interesse dos portugueses nos territórios que lhes interessavam e cuja posse poderia ter

¹ Segundo Sergio Buarque de Holanda (1990, p. 73) “a história das monções de Cuiabá, é de certa forma, um prolongamento da história das bandeiras paulistas, em sua expansão para o Brasil central. Desde 1622, numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Paranaíba, Sorocaba e Itu, trilharam constantemente terras hoje Mato-Grossenses, preando índios ou assolando povoações de castelhanos”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contribuição dos indígenas através de sua atuação, à tentativa de não entrar em confronto com povos que há séculos impunham importantes perdas aos europeus, e também ao abastecimento do forte, que pela distância da localidade sofria com a falta de alimentos e outros recursos essenciais. Contudo, essa aliança foi abalada em 6 de janeiro de 1778, após uma emboscada arquitetada pelos Guaikuru ao entregar no presídio “carneiros, perús, pelles de veados e outras bagatellas mais” (PRADO, 1839, pp. 37-38) e na qual “morreram dos nossos 54, sem os Cavalleiros sofrerem o menor damno” (PRADO, 1839, p. 39), segundo relata Prado.

Chama bastante atenção no fato em questão, a descrição de que “começaram os Indios então a chegarem-se mais para os Portuguezes, e a convidarem alguns a descansar no regaço das mulheres, o que aceitaram” e logo “depois principiou-se o negócio, e muitos brindaram algumas Indias, das quaes varias lhe pagaram com lagrimas que derramavam por suas faces, por verem o desastrado fim que os aguardava”, entendendo os portugueses que “que ellas choravam por serem violentadas pelos maridos a fazer-lhes mimos”, porém “aquelle pranto era por aquelles que liberal e desinteressados as obsequiavam, e ao mesmo tempo temiam descobrir a maldade dos maridos pelos não sacrificar” (PRADO, 1839, p. 38). Prado finaliza escrevendo que “a formosa Osmia se não viu em maior aperto entre o marido e o Romano a quem amava”,² ou seja, que as indígenas Guaikuru encontravam-se em apuros entre os homens de seu grupo e os portugueses. Não é objetivo dessa pesquisa debater sobre gênero no contexto em questão, contudo, considere importante indicar um caminho possível para que pesquisadores se apoiem futuramente em um tema de tanta importância e relevância.

Após a contenda narrada, Prado relata que “neste mesmo anno pediram licença dous soldados dragões, que serviam no presidio, para irem caçar ao outro lado do rio em uma canôa, com mais oito pessoas,” sendo que “o commandante concedeu-a, e passando elles o rio, encontraram alguns Guaycurús, que os investiram”, e então “os soldados dispararam as armas, e derrubaram morto a um capitão e alejaram outro de um braço;

² Encontrei duas referências à “Osmia” citada pelo autor, ambas de histórias portuguesas semelhantes, que compartilho a seguir para quem se interessar: BORRALHO, Maria Luísa Malato. Manuel de Figueiredo, atento leitor de Aristóteles e Corneille ou de como o desejo de verdade pode naturalmente conduzir ao inverosímil, *Carnets*, Première Série - 3 | 2011, 49-69; AZEVEDO, Rita Gisela Martins de. Autoritarismo e compaixão na tragédia Osmía (1788) de Teresa Josefa de Melo Breyner *Teatro do Mundo*, vol. 09, 2014, pag. 256-279.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

porém a um dos soldados deram uma lançada pelos peitos, com a qual perdeu a vida, e o mesmo sucedeu a ordenança de duas flechadas” (PRADO, 1839, p. 39). Tais conflitos diferem do respeito ordenado aos Guaikurus, mas encontram consonância na legislação indigenista vigente, sendo os indivíduos desse grupo encarados muitas vezes sob a égide de “índios bravos”, ainda que por sua importância estratégica não tenham sido abertamente declarados como inimigos. Ainda Prado contribui nesse entendimento, quando assinala que “passaram-se depois onze annos sem que estes barbaros fizessem aos Portuguezes damno, nem ousassem chegar á falla” (PRADO, 1839, p. 38). Os escritos do autor permitem constatar que o tratamento dado aos Chané-Guaná foi diferente, sendo eles tidos como “índios mansos” e potencialmente aliados, apesar de estarem estritamente associados aos Mbayá-Guaikuru, com quem migraram desde o Chaco.

Já no final do século XVIII, “na tentativa de cessar os ataques Guaikuru, foi firmado entre os Mbayá e a Coroa portuguesa um Termo de Perpétua Paz e Amizade, em 1º de agosto de 1791” (SILVA, 2014, pp. 55-56), porém tal “aliança trouxe outras consequências para os Mbayá-Guaikuru, pois o contato dos portugueses com os Guaná e outros grupos antes dominados pelos Mbayá obrigaram esses últimos a reorientar suas incursões guerreiras para grupos cada vez mais distantes” e mesmo “após a assinatura do Termo, as hostilidades continuaram, sendo que cada vez menos os Guaikuru conseguiam impedir a penetração de não índios em seus territórios” (SILVA, 2014, p. 55). Já no romper do século XIX, em 1800, Ricardo Franco de Almeida Serra, corroborando com o entendimento anteriormente apresentado, observa que

[...] vivem fronteiros ao dito morro os mil e quatrocentos índios Guaicuru e Guaná nossos aliados, esta patrulha é indispensável para segurar estas tribos na nossa amizade, e dissipar-lhes o temor pânico que conceberam pelos estragos que lhes fizeram os espanhoes... Estas ponderadas circunstancias mostram o importante interesse do Presidio de Coimbra, fundado em 1755 para cohibir os insultos e atrocidades que os índios Guaicurus e Payaguas cometiam cada dia contra portugueses de que matavam alguns mil. A fortificação de Coimbra consistia em uma simples estacada bastante para conter aquellas tribos inimigas que ocupam um grande espaço do Paraguay entre portugueses e hespanhoes [...] (ALMEIDA SERRA *apud* SILVA, 2014, pp. 55-56).

O período conhecido como oitocentos foi singular na história do Brasil e com grande impacto nas políticas indigenistas em voga e conseqüentemente para os povos indígenas no país em construção. Se é possível caracterizar que “o século XIX é um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

século heterogêneo”, e para além disso, “o país também é heterogêneo” uma vez que “áreas de colonização antiga contrastam com frentes de expansão novas”, compreende-se que “a política indigenista do período leva a marca de todas essas disparidades” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 133). No século XIX, de uma maneira geral, “a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 133), e na capitania de Mato Grosso não foi diferente, pois se até o início do referido século todo seu território, incluindo o sul que hoje corresponde ao estado do Mato Grosso do Sul e estava em disputa, “era povoado por inúmeros e diversos grupos indígenas”, eles “foram perdendo as terras quando, a contar das décadas de 1830 e 1840, começaram a ocorrer sucessivas entradas de não índios na região” (SILVA, 2014, p. 57).

Nesse momento histórico, a “recomendação de se usarem ‘meios brandos e persuasivos’ no trato com os índios a partir de José Bonifácio passa a fazer parte do discurso oficial”, apesar da existência “de toda uma corrente que preconiza o uso da força contra os índios bravos, sua distribuição como recompensa aos que os cativarem, sua fixação e trabalho compulsórios” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 133). É sintomático nesse sentido que os não índios que chegavam ao Mato Grosso nos primeiros vinte e cinco anos do século XIX “tiravam o espaço dos indígenas, utilizando-se de documentos imperiais que garantiam, inclusive, o uso da violência na expropriação das terras,” e já em torno de “1830, os Guaikuru foram armados por não índios e auxiliados por tropas oficiais brasileiras para roubarem gado no Paraguai” (SILVA, 2014, p. 57), o que motivou a emissão do seguinte documento pelo governo imperial:

Aviso 1º. – Índios barbaros: sobre haverem habitantes de Matto-Grosso auxiliado-os com armas, soldados, munições; e providencias a atalhar os latrocínios e correrias por eles praticados [...] Constando na Augusta presença de S. M. o Imperador as queixas dirigidas pelo Delegado do Ditador da Republica do Paraguai ao Encarregado de Negócios deste Império, que ali residia, Antonio Manoel Corrêa da Câmara, a respeito de alguns habitantes, da Província de Matto-Grosso, que, protegidos principalmente pelos commandantes de Coimbra e Miranda, tem auxiliado os índios bárbaros com armas, munições e soldados fuzileiros brancos e negros os quais tem roubado imensa quantidade de gado e perpetrado as maiores desordens; e convindo atalhar o quanto antes a continuação de atos tão escandalosos, que pod em comprometer a tranqüilidade do Imperio: Ha o mesmo A. S. por bem determinar mui positivamente que o Vice Presidente daquela Provincia ponha em practica as mais energicas providencias para fazer cessar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

completamente os latrocínios e correrias que o Ditador diz terem sido praticados por Subditos Brasileiros. [...] O que assim lhe participa para sua intelligencia e fiel execução. [...] Palácio do Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1830. [...] Márquez de Caravella: – Acha-se no Diário Fluminense n. 57 de 12 de Março de 1830 (CARNEIRO DA CUNHA *apud* SILVA, 2014, pp. 55-56).

É contrastante as observações acerca dos Chané-Guaná realizadas por um funcionário do governo imperial na década de 1820, o “engenheiro português e sargento-mor do Império Brasileiro, Chefe da Comissão Estatística e Topográfica que observou a Província de Mato Grosso” (SILVA, 2001, p. 29) Luís D’Alincourt. Referindo-se aos “Guaná”, ele escreve que são uma nação “dada a agricultura, suas moradas são espaçosas, fabricam mui bem grandes pannos de algodão, redes, e lança para seu uso, criam porcos, gallinhas e cavallos”, ao contrário da nação Guaikuru que “somente se dá a criação de animais cavallares, à caça e a pilhagem quando pode, de maneira que tem destruído grande numero de fazendas nos nossos vizinhos paraguayanos”.³

Considerando que “a legislação indigenista do século XIX, sobretudo até 1845, é flutuante, pontual e, como era de se esperar, em larga medida subsidiária de uma política de terras” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 138), os escritos de D’alincourt descreve lugares e paisagens que vão sendo qualificados e quantificados quando úteis economicamente e politicamente à Província”, sugerindo o autor que “os grupos indígenas sejam mercedores de atenção pelas suas práticas e também que sejam feitas mudanças nas formas de tratamento, através de métodos menos guerreiros e mais políticos”, orientando as “autoridades para manterem boas relações com os principais chefes dos Guaná, considerando importante resguardar a amizade desses índios” e sugerindo que “através da compra de seus mantimentos fossem introduzidos no pagamento gênero de luxo, a fim de que os índios acostumassem a tais objetos”, garantindo assim os provimentos necessários às guarnições, assegurariam o aumento da produção e possivelmente lucros sobre as plantações dos Guaná, que permaneceriam nos lugares das suas habitações” (SILVA, 2001, p. 33).

De maneira geral, a oscilante política indigenista no Mato Grosso do século XIX marcou distinções na maneira como Mbayá-Guaikuru e Chané-Guaná eram tratados pelos

³ Relatório de Luiz D’Alincourt. Resultado dos Trabalhos de Indagações Statisticas da Provincia de Matto Grosso. Microfilmes negativo - NDIHR. ANNAES da Biblioteca Nacional. Tomo III, 1828, p. 343.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

órgãos oficiais e pela sociedade envolvente, interferindo também no estabelecimento das redes de relações entre os indígenas e os demais atores sociais. É importante considerar que “as relações tecidas por cada grupo com múltiplos agentes não indígenas” não podem “ser tratadas como ‘exteriores’ à rede mais ampla de relações entre esses grupos, uma vez que suas condições de vida, suas formas de organização e suas representações de si encontravam-se todas conectadas à ‘exterioridade’”, sendo “elas constituídas a partir das alteridades dos ‘brancos’, dos inimigos, dos espíritos” (GALLOIS, 2005, pp. 8-9), ou de outras. O contexto favorecia a atuação performativa dos grupos em questão, uma vez que “as ordens performativas tendem a assimilar-se às circunstâncias contingentes” (SAHLINS, 2011, p. 13), ou seja, as redes estabelecidas, inclusive intraétnicas, foram alteradas ao longo das migrações e ainda estavam sendo estabelecidas no Mato Grosso oitocentista através da performance política dos sujeitos indígenas e não indígenas, em uma situação na qual “a negociação, a troca e, inclusive, a fusão” predominavam “em relação à confrontação” (GALLOIS, 2005, p. 9).

Como política indigenista oficial de controle das populações indígenas no Mato Grosso, em 1819 foi fundada uma missão capuchinha em Albuquerque, conduzida pelo missionário José Maria Macerata e nomeada de Nossa Senhora da Misericórdia. Nesse momento, parcialidades Chané-Guaná passarão a ser denominadas por diferentes etnônimos que passarão a adotar dali em diante, configurando processos denominados etnificação e etnogênese. Seguiremos esse caminho a partir de agora.

ETNIFICAÇÃO OU ETNOGÊNESE?

Quais as diferenças entre os conceitos de etnificação e etnogênese e em que medida contribuem para pesquisas no campo da História Indígena? Buscarei responder tais perguntas a seguir. No artigo lançado recentemente “o conceito de etnogênese: o dinamismo histórico das identidade coletivas”, Leandro Goya Fontella faz um inventário acerca do conceito de etnogênese, demonstrando como diversos autores o utilizaram e as abordagens referentes a esses usos. O autor demonstra sobre o termo, que “o primeiro autor a empregar” sua noção “foi William Sturtevant em 1971”, e “após este texto original, diversos estudiosos, sobretudo nos EUA, passaram a aplicar o conceito de etnogênese” (GOYA FONTELLA, 2019, p. 22). Convém observar que a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Noção de etnogênese constitui-se numa ferramenta conceitual que contribui para caracterizar processos muito diversos de transformações políticas e identitárias de um grupo ao longo do tempo, enfatizando as capacidades de adaptação e criação de povos indígenas, os quais, por sua vez, buscaram estabelecer espaços de autonomia em que pudessem realizar suas próprias avaliações e traçar estratégias para trilhar intrincados processos que produziam novas configurações sociais que não só refletiam as pressões coloniais como também as escolhas dos próprios índios (GOYA FONTELLA, 2019, p. 21).

No Brasil, o termo etnogênese passa a ser mais utilizado, sobretudo, após o artigo de referência “uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais” de João Pacheco de Oliveira, publicado no final da década de 1990. Pela abordagem do estudo, em que o autor analisa a emergência de grupos indígenas no contexto contemporâneo, ou “o fato social que nos últimos vinte anos vem se impondo como característico do lado indígena do Nordeste” (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 53), a noção de etnogênese passa a ser grandemente associada ao ressurgimento de etnias que ao longo dos processos de conquista foram desaparecendo ou deixando de se autodenominarem etnicamente, como no caso dos Kinikinau. Mas assim como a recusa desse grupo em admitir o uso do termo para se referir às suas pautas políticas de resistências, ele pode ser utilizado de maneira mais diversa.

Outra grande referência para os estudos sobre etnogênese é John Manuel Monteiro, que debate o conceito a partir de outros importantes autores, como os historiadores estadunidenses Jonathan Hill e Gary Clayton Anderson e o antropólogo francês Guillaume Boccara, observando que “o termo ‘etnogênese’ ganha novos sentidos quando pensado enquanto articulação entre processos endógenos de transformação e processos externos introduzidos pela crescente intrusão de forças ligadas aos europeus” (MONTEIRO, 2001, p. 56), ou seja, às relações de contato entre populações indígenas e sociedade envolvente que geram processos de identificação étnica. Tais processos acontecem em contextos fronteiriços, mais ou menos fluidos e porosos, mas que articulam e reificam identidades baseadas na “origem histórica de um povo que se auto-define a partir de seu patrimônio sociocultural e linguístico” (MONTEIRO, 2001, p. 56).

Observando abordagens que mobilizam a noção de etnogênese para compreender diferentes aspectos históricos, Monteiro considera que “se as novas perspectivas passam a enfatizar a ação consciente e criativa de atores nativos, ação essa informada tanto por

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cosmologias arraigadas quanto por leituras da situação colonial” é necessário “definir mais claramente quais são as unidades sociais relevantes, antes e depois da chegada dos europeus” (MONTEIRO, 2001, p. 57). No caso da presente pesquisa, as unidades sociais mais relevantes são o estabelecimento dos Chané-Guaná na região pantaneira, a redefinição de suas redes de relações tanto com os Mbayá-Guaikuru quanto com a sociedade envolvente, as experiências missionárias decorrentes desses processos e as pautas políticas derivadas do grupo e dos órgãos oficiais.

A etnogênese passa a convergir com a noção de etnificação a partir dos estudos do antropólogo francês Guillaume Boccara sobre o povo Mapuche do Chile. No artigo de referência sobre o tema da etnificação “mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”, o autor escreve que as sociedades indígenas “son tanto el producto de una historia como han sido capaces de desarrollar estrategias de resistencia y adaptación que se inscriben en la continuidad de prácticas y representaciones anterior a la conquista” mas que “desembocaron también, a través de los múltiples procesos de mestizaje, en la aparición de nuevos mundos en el Nuevo Mundo” (BOCCARA, 2001). Pode-se admitir que as diversas pautas étnicas, sociais, políticas e entre elas a adoção do etnônimo “Kinikinau” contribui para a fundação de novos mundos no Mato Grosso oitocentista.

Boccara observa na sequência que “es dable notar que este interés por los ‘olvidados’ de la historia oficial fue emergiendo paralelamente al desarrollo de las críticas radicales que dirigían los *post-colonial studies* hacia el eurocentrismo de la historiografía occidental”, sendo que “esta disposición hacia una relectura del pasado y del presente de las sociedades nativas ha generado un verdadero cambio de perspectiva que se caracteriza por”, entre outras coisas, “prestar atención a la emergencia de nuevos grupos e identidades o de *new peoples* a través de los múltiples procesos de mestizaje y etnogénesis” (BOCCARA, 2001). É importante considerar que em contextos como o analisado, “a cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos” (CUNHA, 2009, p. 237), ou seja, a etnogênese Kinikinau verifica-se quando o grupo passa a assumir pra si uma série de elementos identitários provenientes das redes de relações que os diferenciaram das demais parcialidades Chané-Guaná, e compreender esse processo permite desvelar o protagonismo da etnia na história.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Retomando o texto de Boccara, ele considera que mediante as mudanças ocorridas no campo etno-histórico, ou da história antropológica, nas últimas décadas, existem “tres temas relativamente nuevos que parecen animar el campo de la investigación histórico-antropológica americanista actual” (BOCCARA, 2001). A primeira é “la discusión que se organiza alrededor del asunto de la historicidad de las sociedades indígenas en general y amerindias en particular y que nos conduce a interrogarnos sobre los posibles vínculos entre *historia de los ameríndios (...)* e *historia(s) amerindia(s)*” (BOCCARA, 2001), ou história indígena étnica feita por pesquisadores não indígenas e êmica realizada pelos próprios ameríndios.⁴ A segunda “atañe a la manera de como abordar los cambios y las continuidades” e parece “inscribirse en la continuidad de un problema que no había sido zanjado durante el debate de los años sesenta y setenta entre historia y antropología”, e “el tercer problema, que trasciende el campo de los estudios americanistas, remite a las cuestiones formuladas por las distintas corrientes de los *post-colonial studies*” que “tiene que ver con las categorías que utilizamos, ‘nosotros’ occidentales, para hablar del Otro, para construir el Otro, para tratar de la Historia del Otro” (BOCCARA, 2001). A presente pesquisa é tributária, sobretudo, da primeira e terceira questões, constituindo uma história indígena étnica que se debruça sobre a questão da formação da identidade Kinikinau.

Em pesquisas que investiguem a formação de identidades indígenas, conforme assinala o antropólogo chileno, é necessário “estudiar las entidades culturales en su contexto y de prestar una muy especial atención a lo que podríamos llamar ‘el comercio de identidades’, las gestiones flexibles e ‘interdigitadas’ de las identidades y los mestizajes de diversa naturaleza”, uma vez que “la etnia no sale de sí misma,” além de ter em vista que “las luchas de clasificación que se desarrollan en torno a diferentes grupos amerindios constituyen una dimensión fundamental de toda lucha social, de clase o étnica” remetendo elas “al hecho de saber qué es lo que significa ‘ser indio’ en un momento determinado de la historia” (BOCCARA, 2001). Tal perspectiva é necessária pois “a escolha dos tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que se acham inseridos” pois “os sinais diacríticos devem poder se opor, por definição, a outros de

⁴ Para mais informações sobre história indígena étnica e êmica consulte CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. História [online]. 2011, vol.30, n.1, pp. 349-371.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mesmo tipo” (CUNHA, 2009, p. 238). Faz-se mister contextualizar e historicizar etnogêneses visto que “todo uso efetivo das ideias culturais é em parte reprodução das mesmas, mas qualquer uma dessas referências também é, em parte, uma diferença” já que “as coisas devem preservar alguma identidade através das mudanças” (SAHLINS, 2011, p. 13).

Entendo, portanto, que as mudanças ocorridas nas migrações do Chaco ao Pantanal e outras que continuavam acontecendo ao longo da primeira metade do século XIX já em seus multiterritórios mato-grossenses, principalmente no tocante à redefinição das redes de relações, foram decisivos na formação identitária do grupo Kinikinau e em sua decisão política de incorporar e utilizar um etnônimo que foi apropriado pelos órgãos oficiais e a sociedade envolvente para se referirem a eles e que existia desde o Chaco, pois era dessa maneira que os Mbayá-Guaykuru se referiam a eles e cujo significado parece ser “meu servo”. É interessante observar ainda a proximidade do etnônimo “Equiniquinao”, de origem no idioma Guaykuru, e “Koinukonoen” que no idioma Kinikinau “quer dizer ‘índio guerreiro’” (SILVA, 2003, p. 152) e é a autodenominação do grupo até os dias atuais.

Tais questões levam à reflexão acerca das condições de produção, reconhecimento, utilização e compartilhamento dos etnônimos, abordado por Boccara que escreve que

De modo general, podemos decir que la preocupación de los conquistadores y colonizadores ha sido siempre la de determinar la existencia de ‘naciones’ (período colonial) o de ‘etnias’ (período republicano) indígenas. Preocupación que encuentra su origen en la explícita voluntad de las autoridades de circunscribir en un marco espacio-temporal específico, y a partir de categorías sociopolíticas bien especiales, entidades concebidas a priori como culturalmente homogéneas, funcionando en un equilibrio estable e inscritas en un espacio de fronteras etnico-políticas bien delimitadas. El espacio indígena total aparece de este modo compuesto de entidades culturales y políticas discretas: dividido rígida y fijamente en territorios o segmentos, habitados por grupos supuestamente dotados de una misma lengua, de una misma cultura y de instituciones políticas, cada una de ellas organizando segmentos (BOCCARA, 2001).

Tal concepção corrobora com o entendimento de multiterritórios (HAESBAERT, 2007a) e também reforça a importância das redes de relações para o entendimento dos processos de etnificação e etnogênese dos povos indígenas, também no Mato Grosso

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

oitocentista. Na sequência do artigo, o antropólogo passa a dialogar com o conceito de fronteiras, observando que “en la América de la conquista se diseñaron de inmediato dos espacios, tanto reales como simbólicos, que dividían el continente: los espacios conquistados y aquellos no conquistados”, sendo que “los espacios en cuyo seno se ejerció la dominación colonial corresponden grosso modo a los antiguos imperios o a las así llamadas ‘grandes civilizaciones’, mientras que los espacios no sometidos, los llamados fronterizos, parecían superponerse a las zonas habitadas por sociedades desprovistas de una organización política centralizada” (BOCCARA, 2001), e por isso propõe a utilização de limite ao invés de fronteira.

Para Boccara, a “transformación del límite en frontera implica sacrificios, violencias, martirios y batallas rituales”, significando que “los dispositivos coloniales crean al salvaje o a la alteridad radical en los márgenes” e “este salvaje es sujeto a un proceso de reificación para ser luego incorporado a través de múltiples mecanismos que encontramos en muchas partes de América”, tratando-se “de una operación fundamentalmente contradictoria de puesta en contacto y de establecimiento de separaciones” (BOCCARA, 2001). A preocupação do autor não era apenas sobre as fronteiras físicas, mas também sobre as étnicas ou simbólicas, considerando ele que “los ‘límites-fronteras’ indígenas llegan a ser emblemas de la cultura misma”, pondo “una diferencia cualitativa entre un lado y el otro del límite” que “no se trata necesariamente de una frontera territorial” mas de “una frontera social y cultural que sirve a identificar un ethnos que no está siempre vinculado a un espacio preciso” (BOCCARA, 2001).

CONCLUSÃO

Fronteiras, ou limites, e redes de relações são conceitos que convergem e possibilitam abordagens mais holísticas acerca de processos de etnificação e etnogênese. Nesse sentido, é necessário compreender as fronteiras “como conjunção de interesses, ou seja, como espaço propício à construção de novas formações e representações sociais”, e assim como no entendimento sobre multiterritórios é necessário levar em conta a dimensão das redes “em âmbitos multicomunitários e multiétnicos, pois, embora estejam sempre conectadas a sistemas mais amplos, realizam-se de forma fragmentada” (GALLOIS, 2005, pp. 9-10). É importante não perder do horizonte que as fronteiras são

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

múltiplas, “sociais, econômicas, políticas, étnicas, ideológicas”, e por isso devem ser “interpretadas e representadas a partir de esquemas sociais e cosmológicos não apenas específicos, mas regionalmente coerentes” (GALLOIS, 2005, p. 10). Ainda que em uma pesquisa documental como a que é aqui realizada muitos desses aspectos não sejam possíveis de alcançar, é imperativo “regionalizar”, interconectar, contextualizar e historicizar os conceitos com os quais se constrói o entendimento, pois “los límites que se desprenden de los documentos envían a un principio de visión y de división producido por el mundo occidental” fazendo com que “no tenemos ninguna razón para pensar que ellos correspondían a la territorialidad y a las dinámicas identitarias ameríndias” (BOCCARA, 2001).

Na sequência de seu texto, Boccara passa a tratar do processo de globalização e da mudança de perspectivas de análises que ele relega às ciências humanas. Sobre isso é importante considerar que “la necesidad de explicar y comprender los efectos culturales del proceso de globalización en las construcciones identitarias nos conduce a reflexionar sobre los mestizajes, los flujos migratorios, los cruces y entrecruzamientos culturales” (BOCCARA, 2001), lembrando que, conforme propõe Serge Gruzinski (2001), o processo de globalização teve início com o alargamento do mundo através das grandes navegações e a formação do mundo hispano-luso, recém fragmentado no período e região em questão. Mais recentemente, “las luchas por los derechos cívicos que se han llevado a cabo en los Estados Unidos y las descolonizaciones” reforçam a necessidade de “repensar el asunto de la etnicidad batiendo en retirada la situación de casi-monopolio que gozaban las sociedades occidentales en el enunciado del discurso legítimo y dominante del mundo social” (BOCCARA, 2001). É a uma demanda sociocultural, étnica e política recente do povo Kinikinau que repousa uma importância da pesquisa, reivindicando o grupo o direito de conhecer e se apropriar do seu passado em uma perspectiva não colonizante. Portanto, é necessário “cuestionar las posibles analogías entre fabricaciones identitarias contemporáneas y mecanismos identitarios amerindios coloniales” que “de hecho equivale a cuestionar la larga y prejuiciosa desviación por las ideologías vinculadas a la forma Estado-Nación en la aprehensión de las dinámicas socioculturales del Nuevo Mundo”, exigindo que sejam repensadas “las realidades coloniales ya no en base a las nociones sin duda reductoras de resistencia,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

occidentalización, hispanización y aculturación sino más bien a partir de conceptos tales como la hibridación, el mestizaje, la etnogénesis, la metamorfosis” (BOCCARA, 2001).

A última parte do artigo do antropólogo francês é dedicada a compreender processos de etnificação ocorridos com quatro etnias, Jumano, Karankawan, Miskitiu e Mapuche, sinalizando o autor que são por tais processos que “se cristalizan elementos culturales y políticos anteriormente fluidos” (BOCCARA, 2001). Assim, pode-se inferir que “etnogénesis y etnificación son las dos caras de un misma realidad”, sendo que “el primero remite a la capacidad de creación y adaptación de las entidades indígenas y a la emergencia de nuevas formaciones sociales” e o segundo “sirve para caracterizar los dispositivos coloniales (de estado y capitalista) que producen efectos de normalización y espacialización y participan de la creación de lo étnico a través de la reificación de las prácticas y representaciones de las sociedades indígenas” (BOCCARA, 2005b, p. 45), e por isso não podem ser pensados sem a noção de fronteiras, contribuindo para as análises o conceito de redes de relações.

Através dos processos de etnificação e etnogênese são formadas identidades étnicas que devem ser compreendidas “termos de adscrição”, isso é, “é índio quem se considera e é considerado índio” (CUNHA, 2009, p. 239). Traçando um paralelo com o estudo em desenvolvimento, pode-se dizer que no Mato Grosso oitocentista era Kinikinau quem se considerava e era considerado Kinikinau. O sentido de se considerar está ligado à etnogênese e o de considerar à de etnificação, processos dialógicos e interdependentes, faces da mesma moeda, uma vez que assim como as identidades, “a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas sim algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados” (CUNHA, 2009, p. 239).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Rita Gisela Martins de. **Autoritarismo e compaixão na tragédia Osmía (1788) de Teresa Josefa de Melo Breyner**, Teatro do Mundo, vol. 09, 2014, pag. 256-279.

BOCCARA, Guillaume. **Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo**. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, revista eletrônica, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426>; Acesso em: 17 set. 2012.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BOCCARA, G. **Génesis y Estructura de los Complejos Fronterizos Euro-Indígenas. Repensando los Márgenes Americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel.** *Memória Americana*, [s. l.], v. 13, p. 21-52, 2005b.

BORRALHO, Maria Luísa Malato. **Manuel de Figueiredo, atento leitor de Aristóteles e Corneille ou de como o desejo de verdade pode naturalmente conduzir ao inverosímil,** *Carnets, Première Série - 3* | 2011, 49-69.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Política Indigenista no século XIX.** In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.

CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889).** São Paulo: Edusp/ CPI-SP, 1992b.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível [1979].** In: *Cultura com aspas.* CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 235-244. p. 237.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa.** *História* [online]. 2011, vol.30, n.1, pp. 349-371.

GALLOIS, Dominique Tilkin. (Org.). **Redes de relações nas Guianas.** São Paulo, FAPESP, Ed. Humanitas, 2005.

GOYA FONTELLA, L. **O conceito de etnogênese: o dinamismo histórico das identidades coletivas.** *Revista História: Debates E Tendências*, 20(1), 2019, 19 – 35.

GRUZINSKI, Serge. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories.** In: *Topoi*, Rio de Janeiro: Mar-2001, 175-195.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate.** *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007a.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**, 3ªed., São Paulo. SP, editora Brasiliense 1990.

IHGB, Francisco Rodrigues do Prado. **História dos índios cavaleiros ou da nação Guaykuru, escrita no Real Presídio de Coimbra...– ano de 1795.** *Revista do IHGB*, 1839, Tomo I, p. 25-57.

KOK, Glória. **“A conquista do sertão de Mato Grosso no século XVIII”.** In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.* Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp.691-706.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 2001. Tese (Livre Docência em Etnologia – História Indígena e do Indigenismo) – Departamento de Antropologia da UNICAMP, Campinas, 2001.

NAUK, M. J. **A Capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes**. Revista Territórios & Fronteiras, v. 5, n. 2, p. 93–113, jul. 2012. p. 93.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1998. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 4(1):47-77.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. "índios Livres e índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (sécs. XV I a XVIII)" in Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992, pp. 115-132.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul**. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Org.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 103-125.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. 2. ed. Rio de Janeiro:Zahar, 2011.

SILVA, Giovani José da. **A Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história**. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

SILVA, Verone Cristina da. **Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá (1819 - 1901)**. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2001.